

MARCO DE CANAVESES (Vila Boa do Bispo)

Vila Boa do Bispo é uma freguesia do concelho de Marco de Canaveses, distrito do Porto, e está implantada numa encosta na margem esquerda do Tâmega. O mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo dista cerca de 12 km da sede de concelho. Sair do Marco de Canaveses pela rua da Tapadinha em direção à estrada N210 e seguir nesta estrada durante cerca de 8 km. Virar depois à direita e depois à esquerda para a estrada N320 e cerca de 1,5 km à frente virar à direita para a avenida Padre António Cunha Machado e o mosteiro encontra-se 100 m à frente.

O seu enquadramento é periurbano, implantado numa plataforma a cerca de 166 m de altitude, a meia encosta, na margem esquerda do rio Tâmega. É de destacar a sua posição estratégica, localizando-se próxima, por um lado, deste rio importante via fluvial, e por outro, de uma antiga via medieval que, de Arouca seguia para o Marco.

O topónimo Vila Boa sugere tratar-se de uma *villa* agrária, anterior à nacionalidade. O determinativo 'do Bispo' deve-se certamente ao bispo D. Sesnando, presumível fundador do mosteiro de Santa Maria. Vila Boa do Bispo é associado ao grupo de mosteiros edificados durante o século XI na *civitas de Anegia*, como Alpendorada, Bustelo, Vilela e outros.

Perspetiva aérea a partir de nordeste



Mosteiro de Santa Maria

A FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE VILA BOA DO BISPO é atribuída a D. Sesnando, irmão de D. Mónio Viegas, entre 990 e 1022. A referência documental mais antiga data de 1079 e aparece ligado aos de Ribadouro. Mónio Viegas, o Gasco (1014-1022), o primeiro da referida família a vir para Portugal, foi sepultado no mosteiro. A sua inscrição funerária está datada de 1022, apesar de ter sido realizada posteriormente. Está gravada em tampa de sarcófago, enquadrado por arcossólio, no claustro do mosteiro. Nela pode ler-se

Era M^a . 2 . X^a . Obiit : < DONNVS > MONNII . VENEGAS .
PROLI . QVI DICITVR GASCVS et FILIIS EIVS / EGAS . MONIZ et
GOMEZ . MONIZ . REQUIESCANT . IN PACE AMEN

Esta inscrição revela também o nome de dois dos seus filhos, D. Egas e D. Gomes Moniz, que terão morrido no mesmo ano.

De existência duvidosa, segundo Mário Barroca, é uma inscrição, desaparecida, e que estaria na igreja do mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo. Tratar-se-ia do epítáfio de D. Sesnando, bispo do Porto, e segundo leitura de Frei Nicolau de Santa Maria poderia ler-se,

III Kal. Febr. Obiit / in Domino D. Sesnandus Epis /
copus Portugal . a Maurorum / Telis Confossus Dum Sacrum
/ Faceret . Era M L XX III

D. Sesnando poderia ser o irmão de D. Mónio Viegas, o Gasco, que o acompanhou desde a Gasconha. D. Sesnando foi bispo do Porto entre 1055 e 1075 e esta inscrição dá-o como morto em 1035. Trata-se assim de uma inscrição que gera dúvidas e polémicas, devidamente explicadas por Mário Barroca.

Em 1141, D. Afonso Henriques concede carta de couto ao mosteiro, nomeadamente ao prior D. Egas, a seu irmão D. Mónio e aos cónegos, o que significa que seguia já a regra de Santo Agostinho. Dois anos depois, voltamos a encontrar referências aos *canonici de Ville Bone*.

De 11 de outubro de 1142, dataria uma inscrição que estaria pintada a fresco, mas de existência duvidosa, porque desaparecida. Barroca adota a leitura de Frei Nicolau de Santa Maria,

Martyr & Antistes Jacet Hic / Rite sepultus v . Idus Octob.
In / Era M.C.L.XXX. / sesnandus Nomine Que Christus / Ad
Aethera Supsit / III. Kal. Feb. In Era M.LXXIII



Perspetiva aérea a
partir de oeste



*Alçados
sul e oeste*

Seria a inscrição funerária do bispo D. Sesnando e que estaria pintada na ermida do Salvador, nas imediações de Vila Boa do Bispo. Apesar das dúvidas que o autor coloca relativamente à sua existência histórica e a incompatibilidades cronológicas que sublinha, não podemos deixar de ficar indiferentes ao seu fundo lendário e simbólico para a história do edifício em estudo, conforme relevaram também Maria Leonor Botelho e Nuno Resende. Segundo as crónicas, e de tradição transmitida por Frei Nicolau de Santa Maria e por Frei Timóteo dos Mártires, o bispo terá sido surpreendido pelos Mouros quando dizia Missa a cerca de uma légua do mosteiro, que o seu irmão fundara e onde há algum tempo se recolhia e onde acabou por ser enterrado pelos monges do cenóbio debaixo do altar em moimento de pedra. D. Pedro Rabaldes (episc. 1138-1145), tendo ouvido falar dos milagres que se operavam junto da sepultura de D. Sesnando, visitou-a em 1142, que encontrou em estado que considerou lastimoso. Supostamente, mandou então transferir o seu corpo para Vila Boa [do Bispo], colocando-o em túmulo alto embutido na parede à direita de quem entra no templo.

Uma outra inscrição funerária proveniente da igreja deste mosteiro encontra-se em silhar de granito hoje embutido no acesso à sacristia velha e Mário Barroca atribuiu-lhe a data crítica de [1167-1171]

Alçado sul



VIII [...] / OBIit : MARTIN[us] / [m] : CC : V : [...]

Trata-se, segundo o mesmo autor, do testemunho epigráfico mais antigo deste mosteiro. É a inscrição funerária de *Martinus*, mas muito deteriorada.

Em 1195, o mosteiro de Vila Boa do Bispo é mencionado na divisão de bens entre o bispo e o Cabido do Porto.

Nas Inquirições de 1258, o prior do mosteiro de Vila Boa do Bispo declara que a coroa não tem aí quaisquer direitos *quis cautavit ipsum cautum rex domnus Alfonsus senex*, isto é, coutado por D. Afonso Henriques. Além de muitos casais nas freguesias vizinhas, o mosteiro detinha ainda o padroado de várias paróquias.

Em 1260, Domingos Martins, prior de Vila Boa do Bispo, e D. Julião, bispo do Porto, celebram um acordo sobre a apresentação dos reitores nas igrejas de Santa Maria de Lidrais e São Lourenço de Ribadouro, a primeira dentro do couto do mosteiro e a segunda fora.

Era frequente o prior de Vila Boa do Bispo figurar entre as testemunhas e confirmantes de atos jurídicos que envolviam a diocese do Porto. Em 1259, o prior de Vila Boa do Bispo aparece na doação do padroado da igreja de Santa Maria de Campanhã que João Esteves fez a D. Julião, bispo do Porto. No início do século XIV, D. Domingos de Deus, prior do dito mosteiro, está presente a uma ordenação feita pela abadessa do mosteiro de Tuias, cenóbios próximos entre si.

Em 1297, o papa Bonifácio VIII (1295-1303) confirmou ao mosteiro de Vila Boa do Bispo a Regra de Santo Agostinho. Uns anos mais tarde, em 1302, o mosteiro de Vila Boa do Bispo é mencionado num documento, copiado no Censual do Cabido do Porto, segundo o qual D. Berengária Aires faz uma avultada doação de padroados de igrejas e mosteiros ao bispo do Porto, D. Geraldo. No entanto, o referido mosteiro pertence ao conjunto de quatro cenóbios que ficaram de fora dessa doação (Vila Boa do Bispo, Travanca, Ancede e Tarouquela).

Segundo o Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros do reino, mandado elaborar por D. Dinis em 1320, o mosteiro de Vila Boa do Bispo fora taxado em 1 500 libras, valor elevado no contexto da Terra de Gouveia e Benliver, e que reflete o dinamismo económico da instituição. Apenas o mosteiro de Pendorada contribuía com um valor mais elevado, 2 000 libras.

O mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo encontra-se registado na listagem dos censos do Censual do Cabido do Porto, do século XIV. Segundo esta fonte, o mosteiro situava-se no arcediagado de Benliver, que era do mestre-escolado. Acrescenta ainda que estavam anexas ao mosteiro a capela de Santo André, onde fora inicialmente fundado o mosteiro, a capela de Santa Maria de

Lidrais e a igreja de São Lourenço de Ribadouro. Ao longo da centúria de Trezentos, os priores do mosteiro de Vila Boa do Bispo, demonstraram ser bastante interventivos. Em fevereiro de 1360, é um dos signatários, juntamente com os abades de Pedroso, Pendorada e Paço de Sousa, do pedido de retificação das constituições sinodais do Porto. Em agosto de 1387, participou na assembleia que instituiu a celebração de sufrágios entre os mosteiros agostinhos e beneditinos das dioceses de Porto e Braga.

O túmulo do prior D. Nicolau Martins, com estátua jacente, tem gravada na secção lateral direita da tampa uma inscrição datada de 25 de novembro de 1348

+ AQUI : IAS : DON : NICOLAO MARTI(n)S : PRIOR : QUE : FOY :
DE : VILA : BOA : DO BISPO : E : PAS(s)OU : [a XXV] / DIAS : DE :
NOVENBRO : ERA : D(e) : M : CCC : LXXXVI : ANOS :

Trata-se de uma arca com jacente, colocada em arcossólio criado pela DGEMN na década de 1940 no muro da nave, no lado do Evangelho. A arca tem como única decoração a pedra de armas e no jacente o prior está vestido com hábito de religioso e um manto comprido com largas pregas e tem mitra, capa e estola, para além do báculo. Na realidade, por breve de Lúcio II, datado de 1144, fora feita mercê aos priores do mosteiro de Vila Boa do Bispo de poderem usar mitra e, por bula de Anastácio IV, de 1153, os ditos priores receberam ainda a distinção do uso do báculo.

Refira-se também o túmulo com estátua jacente de D. Júrio Geraldês, corregedor de D. Fernando na comarca de Entre Douro e Minho, e que está na nave da igreja, no lado do Evangelho, enquadrado por arcossólio. Nele lê-se uma inscrição funerária com a data de 30 de janeiro de 1381, gravada na secção lateral da tampa da arca tumular e que demonstra afinidades estilísticas com o túmulo anterior. Segundo leitura proposta por Barroca,

+ AQUI : IAZ : IURIO : GIRALDEZ : VAS(s)ALO : QUE : FOY : DELREY
: DON : FERNANDO : E : SEU : COR(r)EGEDOR : / DANTRE : DOIRO
: E : MINHO : E : PAS(s)OU : <XXX : DIAS> : DE <IANEIRO> : ERA :
DE : CCCC : <XIX> : ANOS :

O mesmo autor sugere serem ambos os túmulos da autoria de Mestre João Garcia de Toledo, responsável pela obra gótica do claustro de Alpendorada.

Atribuída ao século XIV data uma outra inscrição funerária, gravada em tampa de sarcófago e que hoje se encontra a sul da cabeceira, no adro da igreja. Trata-se da memória fúnebre de D. Salvado Pires, prior do mosteiro do Vila Boa do Bispo, onde se pode ler

+ ESTE : MOIMENTO : E : DE : DON : SALVADO : PIRES : PRIOR :
DESTE : MOOSTEIRO : QUAL ERA : DOS : + / MILHACOS : E DOS :
PEIXOES



Alçado sul.
Cabeceira.
Vestígios
românicos

D. Salvado Pires era familiar de D. Nicolau Martins, que fora também prior do mosteiro, e de D. Júrio Geraldês.

Também este mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo não escapou ao regime de comendatários e, em 1475, a instituição assistiu à entrada desses administradores.

João de Barros, em meados do século XVI, afirmava que o mosteiro de Vila Boa do Bispo, da Ordem de Santo Agostinho, localizava-se no "conselho de Bemviver" e já não tinha frades. Porém, noutro seu manuscrito, também sobre a região de Entre Douro e Minho, e datado de finais do século XVI, o doutor João de Barros corrige a informação anterior e declara que "terá de renda o prior e convento duzentos cruzados e he mui antigo", o que demonstra que ainda tinha frades. Após a morte do último comendatário, em 1605, o mosteiro de Vila Boa do Bispo seria integrado na Congregação de Santa Cruz de Coimbra e aí permaneceu até à extinção das Ordens Religiosas em 1834.

Segundo os registos das Memórias Paroquiais de 1758, com o terramoto de 1755 "caíram da torre [da igreja] os remates das pirâmides".

O conjunto monástico de Vila Boa do Bispo afirma-se ainda hoje pela permanência dos espaços monásticos. A igreja, de grande escala e monumentalidade, é fruto de uma grande campanha de obras que se desenvolveu na sequência da integração deste mosteiro na Congregação de Santa Cruz de Coimbra em 1593. Conservando



Alçado oeste. Arcadas cegas

a implantação da igreja monástica de origem românica, orientada, foi então edificado o claustro a norte, exceção talvez por questões ligadas à topografia do terreno.

Na estrutura da atual igreja, composta por nave única e uma muito profunda cabeceira retangular, configurando uma igreja de cerca de 33 metros de comprimento, conservam-se ainda visíveis significantes parcelas do período românico.



Alçado sul. Cabeceira. Vestígios românicos. Capitel com motivo das sereias

Convém notar que, embora as notícias documentais sobre este cenóbio remontem a finais do século X, os elementos subsistentes indiciam-nos uma cronologia posterior, já de finais do século XII ou de inícios do século XIII. Conforme sublinharam já Maria Leonor Botelho e Nuno Resende, tanto no Baixo Tâmega como no Vale do Sousa, a maior parte dos edifícios edificados na época românica apresenta uma cronologia tardia – séculos XII e XIII – pois resultam de reedificações feitas sobre uma construção pré-existente, altomedieval. O alçado sul da nave apresenta-se ainda em granito aparente e há claros indícios de que corresponda ao originalmente edificado na época medieval, se não na totalidade, pelo menos em parte. O aparelho, em granito pseudo-isódomo, foi recentemente posto a descoberto, numa intervenção realizada já no século XXI. Apesar da ausência de cachorros, devemos notar a presença de dois contrafortes de esbarros e de frestas medievalizantes.

Atendendo à natureza e implantação dos vestígios remanescentes no alçado sul da cabeceira, ajuizaram Maria Leonor Botelho e Nuno Resende que durante a transformação da igreja do mosteiro durante a segunda metade do

Interior. Perspetiva geral da nave a partir do lado ocidental



século XVII se aproveitou, ou melhor, se mascarou a estrutura românica primitiva. O exterior da igreja está caiado de branco, nos seus alçados oeste e sul da cabeceira. Convém notar que foi depois de 1997 que o reboco foi reposto nestes paramentos, contrariando uma longa tendência de eliminar o revestimento a cal do exterior das igrejas. Foram intencionalmente deixadas visíveis as cantarias que enquadram os vãos de iluminação e os portais, mas também algumas que enformam elementos de caráter estrutural como os cunhais. De enfatizar o contraste do alçado da nave, em granito aparente.

Os elementos românicos remanescentes no alçado sul da igreja apontam, portanto, para uma cronologia tardia, como o denuncia o modelo de contraforte utilizado. No lado norte da cabeceira, no espaço confinante com as estruturas monásticas remanescentes, têm um perfil quadrangular, sendo que um deles mostra um rosto a ocupar todo o espaço disponível. Mas é no lado sul que estão visíveis os elementos mais significantes e a partir dos quais Maria Leonor Botelho e Nuno Resende propuseram que a primitiva capela-mor seria quadrangular, teria abobada de pedra (conforme denunciavam os contrafortes de ressalto, mas interrompidos) e seria, também ela, ornamentada exteriormente por arcadas cegas conforme atesta aquela que existe no primeiro terço da cabeceira. Fragmentos de friso enxaquetado apontam ainda para uma cronologia que se coloca seguramente na época românica. Enquadrado ao

modo de janela de restauro, prevalece ainda um capitel que ostenta o tema da sereia e que também encontramos representado num capitel do portal lateral norte do mosteiro de Travanca (Amarante).

No alçado oeste vemos, no lado sul, duas arcadas cegas que, incompletas, ladeiam o portal. O arranjo destas arcadas, concebidas em granito, convoca o formulário do românico desenvolvido a partir do eixo Braga-Rates. Aqui, os temas bracarenses dos animais uniafrontados esculpidos no sentido das aduelas são muito evoluídos e tardios, quando comparados com os modelos de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim). Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a sua cronologia pode ser colocada entre finais do século XII, se não já no século XIII, sendo nesse caso praticamente contemporâneas de Braga. Este mesmo autor relevou o carácter excecional que esta solução de ornar as fachadas tem entre nós, cuja origem encontra nas influências providas do oeste de França ou, mais provavelmente, da região de Orense (Galiza, Espanha), de que destaca os exemplos das igrejas de San Pelagio Diamondi e de Santo Estevão de Ribas do Minho. Já em 1944, no artigo que consagrou especificamente aos vestígios românicos da fachada desta igreja, Armando de Mattos tentou identificar diversos exemplos franceses e espanhóis de fachadas onde o portal surgisse ladeado "por 'arcos cegos', ou melhor 'portadas-cegas'", concluindo o autor que as mútuas influências se justificam através do posicionamento dos

Interior. Nave. Túmulo gótico de D. Nicolau Martins (1348)





Claustro. Túmulo de Mónio Viegas, o Gasco (1022)

templos identificados no caminho das peregrinações para Santiago de Compostela. Assim sendo, para este autor não é difícil ver que tanto as esculturas decorativas de Vila Boa do Bispo, como até as geograficamente próximas do Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras) e de São Salvador de Travanca (Amarante), "se enquadrem nessa corrente decorativa".

No interior da igreja, a escala e o aparato falam-nos mais da época moderna e do espírito litúrgico pós-tridentino do que de um ambiente característico da idade média. Convocam este período o arranjo interior das frestas do alçado sul cuja modenatura em pedraria contrasta com o caiado branco dos muros. Alargando para o interior, surgem aqui mais cuidadas, pela presença do toro diédrico que as delimita. Sob a forma de janela de restauro permanecem visíveis sob os portais laterais da nave trechos de arcos quebrados e que levaram Maria Leonor Botelho e Nuno Resende a considerar a possibilidade da obra moderna ter mascarado a medievla como a mais provável e a conjecturar que possivelmente o exterior da igreja seria também ele ornado com arcadas cegas, como indiciam as arcadas cegas que remanescem na fachada oeste e o vestígio de uma outra no alçado sul da cabeceira.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida notou que a solução aqui usada na fachada oeste, *unicum* na arquitetura românica portuguesa, se assume como excecional na arquitetura românica portuguesa, que poderemos explicar tanto pela transposição das arcadas da cabeceira como por influências forâneas, provindas da região de Orense ou do oeste de França.

O mosteiro de Vila Boa do Bispo foi fundado em finais do século x. Apesar de ter sofrido grandes modificações no

século xvii, a igreja de Vila Boa do Bispo conserva ainda alguns elementos da época românica, fruto de campanha construtiva datável de finais do século xii ou de inícios do século xiii.

Conforme notaram Maria Leonor Botelho e Nuno Resende, embora caracteristicamente góticos, os túmulos desta igreja de origem monástica são um testemunho do lugar histórico de Vila Boa do Bispo durante o período medieval, testemunhando interesses patronais que se materializam na monumentalização das sepulturas, na sua localização no espaço religioso e, ainda no recurso a inscrições, insígnias, paramentos e pedras de armas para atestar a estirpe do sepultado.

A profunda transformação da igreja realizada a partir de seiscentos, a que se sucederam diversas intervenções como a da reconstrução da torre sineira em finais do século xix ou as variadas intervenções conducentes à preservação do conjunto monástico realizadas ao longo do século xx ou já no início do século xxi, mostram bem o reconhecimento dos valores arquitetónico, artístico e patrimonial deste conjunto monástico edificado numa encosta sobranceira ao rio Tâmega. Confirma-o, ainda a classificação da igreja, com seus túmulos, como Monumento Nacional em 1977. A igreja de Vila Boa do Bispo está aberta ao culto e a estrutura conventual é propriedade privada, adaptada à realização de eventos.

Texto: MLB/JL - Fotos: RR

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F., 1978a, II, pp. 280-281; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, pp. 86 e 98; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 20 (de 1022), Insc. n.º 22 (de 1035 (?), janeiro, 30), Insc. n.º 80 (de 1142, outubro, 11), Insc. n.º 126 (de [1167-1171]), Insc. n.º 617 (de 1348, novembro, 25), Insc. n.º 664 (de 1381, janeiro, 30), Insc. n.º 721 (de [século xiv]); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 25 (de 1022), Insc. n.º 27 (de 1035 (?), janeiro, 30), Insc. n.º 94 (de 1142, outubro, 11), Insc. n.º 145 (de [1167-1171]); BARROS, J., 2019, pp. 226 e 350; BOISSELLIER, S., 2012, p. 133; CENSUAL do Cabido da Sé do Porto, 1924, pp. 108, 175, 333, 356-357, 496 e 578; FERNANDES, A.G., 2011, pp. 172-176, 468-472 e 647-649; CEPB, 1935-60, XXXV, pp. 363-369; MATTOS, A., 1948a; MEM. PAROQ. 1758 (2009), pp. 423-424; MONTEIRO, M.E., 1990, pp. 82-121; MOREIRA, D.A., 1989-90, p. 100; ROSAS, L.M.C. *et alii*, 2014a, II, pp. 357-387; ROSAS L.M.C. e PIZARRO J.A., 2009, pp. 90-92 e 110-113; SILVA, J.R., 1998b, pp. 156-165; SIPA; SOUSA, B.V., 2016, p. 199.